

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovídio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovídio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovídio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro
REUNIÕES — As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 60.ª Sessão Ordinária Realizada em 3 de Maio de 1973 — (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e David Federmann.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Armand — Queiroz — Arthur de Souza — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo e Rosário Pitelli (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Fuad Necli — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, solicitando o Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 209/72.
- de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 12/73.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a consignação em Ata do voto de louvor ao Doutor Luiz Gabriel Guimarães Sampaio, digníssimo Secretário de Educação e Cultura, pelo dinamismo demonstrado nas primeiras medidas que adotou ao assumir a Pasta, principalmente a substanciada na exigência de que as folhas de pagamento dos servidores sejam confeccionadas em prazo exíguo, a fim de que possam receber, inclusive o mês de abril, a partir de quinze do corrente. A determinação secretarial, além de traduzir espírito humanitário e compreensivo, merece realce diante do conhecimento de que, ao assumir o cargo, apenas as folhas de janeiro se encontravam concluídas ou em fase de conclusão. Várias outras medidas de cunho administrativo revolveram sua disposição de melhorar a administração da Secretaria de Educação, imprimindo-lhe um ritmo de trabalho realmente impressionante, ao ponto de se fazer merecedor, inclusive, de um voto de confiança dos representantes do povo paranaense no Poder Legislativo, a esta altura convictos de que sua Excelência inaugura fase auspiciosa de trabalho em favor do ensino, com o propósito de prestigiar o Poder Público e de solução às reivindicações justas de quantos estejam inbuídos do propósito de harmonização nas soluções dos problemas que possam envolver interesse dos poderes constituídos.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1973.

(a) — Nelson Buffara

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, o envio do quadro comparativo que vai abaixo:

Alterações de Vencimentos — Func. Federal — Func. Estadual — Dif.

Ano de 1969	100	100	
1.º de feve. de 1970	— (+20%) 120	100	20%
1.º de nov. de 1970	— 120—(ab 20%) 120	100	
1.º de fev. de 1971	— (+20%) 144—	120	24%
1.º de maio de 1971	— 144—(Inc20%) 120	100	24%
1.º de agosto de 1971	— 144—(10%) 132	100	12%
1.º de fev. 1972	— (+20%) 172,8	132	40,8%
maio de 1972	— 172,8 (12%) 147,8	132	25%
out. de 1972	— 172,8 (8%) 158,3	132	14,5%
março de 1973	— (+15%) 198,6	158,3	40,3%

A Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, onde se observa, claramente, a necessidade de objetivo reajuste ao funcionalismo público estadual, nos termos dos aumentos concedidos aos servidores da União.

O envio do presente Expediente, temos certeza, poderá servir de importante subsídio ao Chefe do Executivo, no momento em que se estuda melhores condições aos funcionários estaduais.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1973.

(a) — Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de congratulação a sua Excelência Dr. Luiz Gabriel Sampaio, digníssimo Secretário dos Negócios da Educação e Cultura, pela eficiente atuação frente aquela Secretaria de Estado, demonstrando em curto espaço de tempo o seu tirocínio administrativo e o conhecimento profundo dos problemas educacionais do Estado, dinamizando e reformulando todos os setores daquela Pasta.

No discurso de posse das Diretorias da Secretaria de Educação e Cultura, afirmou o Senhor Secretário, que todos os esforços seriam concentrados na dinamização dos trabalhos e que o Magistério Público seria prestigiado totalmente por aquela Pasta.

Uma de suas primeiras providências frente à Secretaria de Educação e

Cultura, foi no sentido de, em vista do atraso do pagamento dos servidores recibados, desde janeiro fossem pagos no menor prazo possível.

Destacamos sobremaneira, o eficiente atendimento do Senhor Secretário a todos que procuram naquela Secretaria de Estado e de um modo especial aos providos do interior do Estado, ao mesmo tempo que destacamos a apoteótica recepção que teve em Sto. Antonio da Platina, quando da reunião de Prefeitos naquele Município.

Da decisão do presente, solicitamos que se dê ciência a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza e a sua Excelência o Senhor Secretário da Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1973.

(a) Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer, após ouvir o Plenário, se registre na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações à nova Diretoria da "AMOP" — Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, eleita dia 27 de abril próximo passado.

Solicita, outrossim, que após a aprovação deste se dê ciência aos seus membros como segue:

Presidente: — Doutor Wilson Carlos Kuhn, Prefeito de Toledo.

1.º Vice-Presidente: Nilo Deitos, Prefeito de Céu Azul.

2.º Vice-Presidente — Pedro Muffato, Prefeito de Cascavel.

CONSELHO FISCAL

Manoel de Souza Ramos — Prefeito de Assis Chateaubriand

Luiz Bonato — Prefeito de Medianeira

Erich Arno Muller — Prefeito de Palotina.

A última reunião da "AMOP", que tivemos a honra de participar ocorreu na progressista cidade de Assis Chateaubriand no dia 27 de abril, sendo anfitrião o Senhor Manoel Ramos, não poderíamos deixar de registrar aqui a maneira cordial e verdadeiramente fidalga que nos recebeu o Senhor Prefeito.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1973.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, com assento nesta Casa, respeitosamente, pede que, ouvido o Plenário, seja encaminhada sugestão à Carteira de Redescuento do Banco Central do Brasil, no sentido de serem aceitos para redescuento os papéis referentes a comercialização, também dos cafés tipos 6/7, 7, 7/8 e 8.

Tendo-se presente que as operações bancárias de financiamentos de cafés tipo 6 são redescontadas a Cr\$ 175,00 por saca de 60 quilos, os cafés tipo 6/7 poderiam ser acolhidos para redescuento pelo valor de Cr\$ 160,00; os cafés tipos 7 a Cr\$ 140,00; os cafés tipo 7/8 a Cr\$ 130,00 e os cafés tipo 8 a Cr\$ 100,00.

A justificativa ao pretendido assenta, principalmente, na falta de comercialização desses cafés e nas dificuldades dos bancos particulares em atenderem a demanda de financiamentos, tal o volume de negócios existentes.

Sabendo-se que, no Paraná, a próxima safra cafeeira será diminuta, tal medida viria, em parte, atender os mais legítimos interesses dos comerciantes e das próprias instituições de crédito.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1973.

(a) Muggiati Filho

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara. (Pausa) Não se encontrando presente, declaro encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, memorial enviado a S.Exa. o Sr. Governador do Estado, do qual me permito destacar dois tópicos.

"Anteriormente endereçamos ao Governo, a título de colaboração espontânea, os estudos efetuados pela A.S.P.P., contidos no trabalho "Históricos, Diagnóstico e Sugestões para uma Política de Pessoal", entregue com o ofício de 298-73, de 22 de fevereiro do corrente ano, no qual, além de externar a preocupação da Associação pela situação em que se encontra a nobre Classe que representa, procuramos demonstrar não somente a inadequação da legislação vigente para a obtenção dos fins e propósitos da moderna Administração Pública, como, também, ressaltamos a defasagem existente entre os vencimentos do Funcionalismo Estadual e os atribuídos ao Funcionalismo da União e do Município de Curitiba. A diferença apontada não deve ser interpretada como paridade ou igualdade, mas é que enquanto o Governo Federal e o Município de Curitiba adotaram a sistematização dos reajustes, anualmente, em decorrência da desvalorização da moeda, o Governo do Estado não vem adotando o mesmo critério, de tal modo que, quando os aumentos são concedidos, muitos meses após, o funcionário estadual, já sofreu todo o impacto do aumento do custo de vida, como consequência lógica dos reajustes salariais concedidos a todas as demais categorias, inclusive dos Trabalhadores, através da decretação anual de novos e adequados índices de salário mínimo.

E um segundo tópico.

"Não desconhece a Associação que os elevados propósitos de Vossa Excelência frente ao Governo do Paraná no sentido da moralização no trato dos problemas administrativos, há de ter ponderado para concessão do benefício, não somente a melhoria da retribuição dos funcionários completos, mas e principalmente o aumento de produtividade do setor a que pertencem.

Todavia, Senhor Governador, se atentarmos para a globalidade da problemática do Pessoal que se insere na integralidade do Serviço Público que se apresenta interligação em seus diferentes setores, uns dependentes dos outros, teremos como resultado, mesmo sob o prisma da Administração, a inconveniência de tão grande desnível entre a remuneração das diversas classes componentes do Quadro do Pessoal, que possa provocar desânimo e desestímulo sobre a grande maioria dos servidores."

Chamo a atenção agora Sr. Presidente, Srs. Deputados, para um quadro demonstrativo de aumento e alteração de vencimentos entre o funcionalismo público federal e estadual, partindo de um número arbitrário, em 1.º de fevereiro de 69, n.º 100, veremos o seguinte, em 1.º de fevereiro de

1970 o funcionalismo federal percebeu o aumento de 20% e seu nível passou a 120 e o funcionalismo estadual com 20% de diferença. Em 1 de novembro de 1970 o Federal 120 e o estadual com seu abono percebeu 20% de aumento. Em 1 de fevereiro de 71 o federal recebeu aumento de 20% o seu nível passou a ser 144 contra os 120 do funcionalismo estadual. Isto é recebeu menos 24% que o federal. Em 1.º de agosto de 1971 o funcionalismo federal recebeu um aumento de 10% e o estadual com nível 132, com a diferença de 12%. Em primeiro de fevereiro de 72, 20% de aumento para o federal, que passou ao nível 172,80 e o estadual com o nível 132, com uma diferença de 25%, 5 de maio de 1972, federal 172,70, com 12% de aumento e o estadual com nível 147,80, diferença de 25%, outubro de 72, federal 172,80, 8% de aumento, o estadual 158,30 com diferença de 14,5 em março de 73, federal mais 15%, com nível 198,6 e o estadual 158,3 com diferença de 40,3.

Isto significa que para que haja um reajuste objetivo um reajuste real o funcionalismo público estadual deveria receber agora, na pior das hipóteses a título apenas de reajuste e não de aumento, um índice que seria objetivamente calculado em torno de 40,3%, esta é a grande realidade. Poderia argumentar aos srs. deputados que uma mensagem vinda do Poder Executivo a esta Casa, concedendo um reajuste de 40,3% ao funcionalismo público estadual, viria contrariamente às determinações do Governo Federal que na sua campanha de contenção da inflação, afirma que este ano o custo de vida não será superior a 12%. O que não é a realidade, são apenas considerações do Governo Federal e do Ministério da Fazenda. A verdade é diferente, a dona de casa, o trabalhador, o estudante, todos sabem que a elevação do custo de vida será bem superior a 12%, em 73, já tendo em alguns setores ultrapassado a esta soma.

E consequentemente, este reajuste que agora estamos pedindo ao funcionalismo público estadual, não vem ferir as determinações do Governo da União, do Governo Central, que dita as normas deste País, simplesmente, irá fazer justiça, promovendo uma equiparação de vencimentos, um reajuste salarial. Porque na verdade, se o funcionalismo público não recebeu aumentos anteriores de elevação de salários, ou de vencimentos, o funcionalismo público do Estado do Paraná não acompanhou o mesmo índice de vencimentos fixados pelo Governo Federal. Nada mais caberá ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná, que cumpra a lei, que faça justiça, que faça com que realmente exista esta equiparação, e que ao funcionalismo público do Estado do Paraná haja justiça. E peço aos Srs. deputados então, que promovam aquele entendimento também fixado pela associação dos servidores Públicos do Estado, com a elaboração de um novo estudo, de um novo trabalho por parte do Chefe do Poder Executivo a fim de que não só se faça justiça, mas também se possa, através deste esforço, homenagear à classe do funcionalismo público do Estado. Portanto, Sr. Presidente e Srs. deputados, o quadro que solicitamos, de envio a S.Exa. o sr. Governador do Estado, não está simplesmente pedindo um aumento ao funcionalismo público do Estado, pura e simplesmente solicitamos um reajuste de vencimentos nas mesmas proporções ao concedido ao funcionalismo público federal, isto é, em termos de 40,3%. OBRIGADO.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80-71, de autoria do Dep. Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Icaraima uma Escola Normal de grau colegial, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 26-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 6.172, de 16-11-70, dispondo sobre a criação de um Curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Cidade de Jacarezinho. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 274-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Ivaté, Distrito de Umuarama. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, no Município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 118-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que cria no Bairro de Maringá Velho — Comarca de Maringá, um Ginásio Estadual para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 262-71, de autoria, do Poder Executivo, Mensagem n.º 41-71, encaminhando anteprojeto de Lei, dispondo que a Secretaria da Fazenda regulará, mediante instrução, e controle fiscal relativo à circulação de toras de qualquer espécie de madeira e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e Contrário da C.F. Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 18-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação aos anexos I e III, integrantes da Lei n.º 5.978, de 1-8-69, na parte referente às séries de Classes de Técnico de Laboratório, Laboratorista e Auxiliar de Laboratório. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100-72, de autoria dos Deputados Armando Queiroz de Moraes, Francisco Borsari Netto e Luiz Roberto Soares, que institui a nova "Lei Orgânica dos Municípios". Parecer e Substitutivo Geral da Comissão Especial. Emendas de Plenário com Parecer da Comissão Especial. Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156-72, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", com sede na cidade de Cascavel, lotes de propriedade do Estado situados naquela cidade e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 156-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Univer-

sidade Oeste do Paraná "FUOP", com sede na cidade de Cascavel, lotes de propriedade do Estado, de números um (1), quatro (4), cinco (5) e seis (6) da quadra n.º nove da planta do patrimônio da cidade de Cascavel ainda sob o domínio do Estado e os lotes de número sete (7), e dezesseis (16) da mesma quadra e, igualmente, da planta do patrimônio da cidade de Cascavel, conforme registro do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel sob n.º 15.408 fls. 140-1, do livro 3-AG, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2.º — A doação se destinará ao acervo da Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP".

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1972.

(a) Dep. Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

Os imóveis acima, pertencem ao Dept.º de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), e se destinavam ao uso dos funcionários, abrigando a Inspetoria de Terras ali sediada.

Após a conclusão da titulação de terras naquela região, os imóveis em pauta ficaram desocupados e quase que totalmente abandonados.

Ocorre que, cidade de Cascavel foi beneficiada e com a criação da Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", já em pleno desenvolvimento de suas atividades, com inúmeros cursos em funcionamento, proporcionando ensino de nível superior a um sem número de estudantes daquela cidade bem como cidades circunvizinhas.

A adoção de tal medida, através da doação dos referidos imóveis, viria aumentar sobremaneira o patrimônio da "FUOP", além de prestar-se a uma causa mais justa e bem mais compatível com suas finalidades, do que a que se destina no presente momento, quando os referidos imóveis, encontram-se em estado de quase total abandono.

Tal solução, viria proporcionar a ampliação das instalações da "FUOP", possibilitando desta forma para o futuro, o aumento do número de vagas em seus cursos, o que, sem a menor sombra de dúvidas estaria, abrindo novas oportunidades, que possibilitariam a um maior número de estudantes seu ingresso em cursos de nível superior.

Pode-se portanto concluir, como de inteira justiça a presente reivindicação, que, temos a mais absoluta certeza terá pleno apoio por parte dos nossos ilustres pares nesta Casa, bem como por parte do Poder Executivo do Estado, através do sancionamento do presente plano de lei.

a) Odilon Reinhardt

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 156-72

PARECER

1. O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Odilon Reinhardt, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", com sede em Cascavel, lotes de propriedade do Estado.

2. Trata-se de simples autorização legislativa. Diante dos motivos apresentados pelo autor em sua justificativa, opinamos pela aprovação do projeto.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972

aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Muggiati Filho — Santos Lima — Erondy Silvério — Cândido M.M. de Oliveira — Igo Losso

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 156-72

AUTOR: Dep. Odilon Reinhardt

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", com sede e foro na cidade de Cascavel, áreas de terra que especifica e pertencentes ao Patrimônio do Estado do Paraná e dá outras providências".

PARECER

1. O Projeto de Lei em análise é daqueles que merecem louvor porquanto seu nobre autor pretende ensejar aumento de patrimônio à Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", da cidade de Cascavel, entidade que promove a instalação e manutenção de unidades de ensino superior em toda aquela progressista região. Oportuno, portanto.

2. Por outro lado, tratando o supra referido Projeto de Lei de simples autorização legislativa, não há, no que se refere a esta Comissão de Finanças e Orçamento, como negar-lhe apoio, pelo que, somos por sua APROVAÇÃO.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

João C. Fadel — Relator

Jorge Sato — David Federmann

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 156-72

AUTOR: Dep. Odilon Reinhardt

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", com sede e foro na cidade de Cascavel, áreas de terra que especifica e pertencentes ao Patrimônio do Estado do Paraná e dá outras providências.

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Odilon Reinhardt, é autorizar o Poder Executivo, a doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", áreas de terras pertencentes ao Patrimônio do Estado.

As ditas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças já opinaram favoravelmente à aprovação do Projeto.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

Pelas considerações acima expendidas somos pela sua APROVAÇÃO.
É o parecer.
Sala das Comissões, em 10 de abril de 1973
aa) Domicio Scaramella — Presidente
Iris Caldart — Relator
Alvaro Dias — Marciano Baraniuk — Gabriel Manoel

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 39-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 31-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 39-73

MENSAGEM N. 31-73

Curitiba, 23 de março de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n. 43-72, de 18 de outubro de 1972, da Presidência do Egrégio Tribunal de Alçada, diz, com maiores detalhes, sobre a necessidade e oportunidade da medida ora submetida a essa Augusta Assembléia.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa
no exercício do cargo de Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Oswaldo Sartos Lima

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital

PROJETO DE LEI

Art. 1.º — É criado, nos termos da Constituição Estadual o Quadro da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Art. 2.º — Os cargos referidos no artigo anterior terão a quantidade, a classificação, as denominações, os padrões e referências de vencimentos constantes das tabelas anexas, as quais se consideram parte integrante da presente lei.

§ 1.º — Os cargos constantes da Tabela I são de provimento em comissão e serão preenchidos na forma da lei.

§ 2.º — Os cargos constantes da Tabela II são de provimento efetivo e serão preenchidos na classe inicial, mediante aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos.

Art. 3.º — O provimento dos cargos criados por esta lei será feito pelo Presidente do Tribunal de Alçada.

Art. 4.º — Os valores dos níveis atribuídos aos cargos efetivos, assim como a simbologia e valores dos cargos em comissão e funções gratificadas, são idênticos aos do Poder Executivo.

Art. 5.º — As funções gratificadas são as constantes da Tabela III, correspondendo à simbologia nela relacionada.

Art. 6.º — A gratificação de representação prevista no art. 172, inciso IV, da Lei Estadual n. 6.174, de 16-11-70, é aplicável aos servidores em efetivo exercício nos Gabinetes da Presidência e Secretaria Geral.

Parágrafo único — Os valores e o número das gratificações de que trata este artigo, serão os constantes da Tabela IV.

Art. 7.º — Estende-se, no que couber, aos servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada, a legislação atinente ao Código de Organização e Divisão Judiciárias e Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Art. 8.º — A estrutura administrativa dos serviços auxiliares do Tribunal de Alçada, assim como as atribuições, responsabilidades e demais características e condições pertinentes aos ocupantes dos cargos relacionados nas Tabelas I e II, serão especificadas em regulamento a ser editado por ato da Presidência.

Art. 9.º — As disposições constantes do art. 137, do Código de Organização e Divisão Judiciária (Resolução n. 1, de 26-6-70, do Tribunal de Justiça), bem como as constantes do art. 3.º, da Lei Estadual n. 6.137, de 31-7-70, estendem-se, no que couber, ao Presidente, Vice-Presidente e Comissões Permanentes do Tribunal de Alçada, observadas as reduções do § 1.º, art. 136, daquela Resolução.

Art. 10 — Os cargos de Diretor-Secretário, Assessor de Recursos e Assessor Judiciário são privativos de bacharel em Direito, de comprovada experiência e reputação ilibada.

Art. 11 — A carreira de Oficial Judiciário tem seu início no Nível T-19 e a ela terão acesso, pelo critério de merecimento e antiguidade alternadamente, os ocupantes do cargo de Auxiliar Judiciário, Nível TA-18, respeitadas os requisitos estabelecidos no Regulamento de que trata o art. 8 desta lei.

Art. 12 — Os títulos dos servidores cuja situação for alterada por esta lei, serão apostilados pelo Presidente do Tribunal de Alçada.

Art. 13 — Aplica-se no Tribunal de Alçada, no que couber, o disposto nas Tabelas I e II da Lei Estadual n. 6.149, de 9 de setembro de 1970.

Art. 14 — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta das dotações próprias consignadas ao Poder Judiciário, no orçamento vigente.

Art. 15 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 — Revogam-se as disposições em contrário.

TABELA I

PARTE PERMANENTE — CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Número de Cargos	Denominação	Símbolo
I (*)	Diretor-Secretário	2-C
1	Chefe de Gabinete da Presidência	2-C
5	Assessor Judiciário	2-C
1	Assessor de Recursos	2-C
2	Oficial de Gabinete da Presidência	3-C
1	Oficial de Gabinete da Secretaria	6-C

(*) Cargo criado pela Lei Estadual n.º 6.173, de 31-7-1970.

TABELA II

PARTE PERMANENTE — CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Número de Cargos	Denominação	Nível
2	Oficial Judiciário	TA-23
2	Oficial Judiciário	TA-22
2	Oficial Judiciário	TA-21
2	Oficial Judiciário	TA-20
2	Oficial Judiciário	TA-19
3	Auxiliar Judiciário	TA-18
3	Auxiliar Judiciário	TA-17
3	Auxiliar Judiciário	TA-16
1	Datilógrafo	TA-15
2	Datilógrafo	TA-14
3	Datilógrafo	TA-16
1	Motorista	TA-15
1	Motorista	TA-14
2	Motorista	TA-13
1	Copeiro	TA-12
1	Copeiro	TA-12

TABELA III

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Denominação	Símbolo
2—F	2—F
3—F	3—F
4—F	4—F
5—F	5—F
7—F	7—F

TABELA IV

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Número de gratificação	Denominação	Valor
1	Diretor-Secretário	Cr\$ 300,00
1	Chefe de Gabinete da Presidência	Cr\$ 250,00
1	Assessor de Recursos	Cr\$ 200,00
2	Oficial de Gabinete da Presidência	Cr\$ 200,00
1	Oficial de Gabinete da Secretaria	Cr\$ 120,00
2	Chefe de Divisão	Cr\$ 150,00
3	Secretário de Câmara	Cr\$ 100,00

TRIBUNAL DE ALÇADA

Of. N. 43-72 G.P.

Curitiba, 18 de outubro de 1972.

Senhor Governador:

O clima de paz e confiança instalado no País a partir de 1964, gerou otimismo e segurança para o progresso, nas mais variadas unidades da Federação.

Assim é que, a crescente onda de desenvolvimento implantada no Estado, em decorrência de sua explosão demográfica, fez com que cada vez mais fosse a Justiça solicitada, numa oportunidade em que para isso estava desamparelhada.

Conscientizado do problema reinante, o Egrégio Tribunal de Justiça, em feliz iniciativa, e contando com a indispensável compreensão e colaboração dos Poderes Legislativo e Executivo propôs a criação do Tribunal de Alçada, o que foi concretizado pela Emenda Constitucional Estadual n.º 2, de 28 de fevereiro de 1970.

Com o surgimento da nova Corte, outros fatores de apoio se faziam necessários para que o Colegiado recém-criado pudesse desempenhar, de imediato, as funções de distribuir Justiça eficiente e a curto prazo: — primordialmente, a existência de sua Secretaria.

Ao Excelentíssimo Senhor

Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

N/Capital.

TRIBUNAL DE ALÇADA

Of. N. 43-72 GP-TA

— 2 —

Se a exiguidade de tempo e a falta de meios materiais de então, impediram a criação de um Quadro de Funcionário próprio, não foram bastante, entretanto, para privar o legislador de propiciar, ainda que em caráter precário, o funcionamento, de imediato do quarto Tribunal de Alçada instalado no País. Com efeito, o parágrafo único do artigo 162 da Emenda Constitucional n.º 2, mui sabiamente, deferiu ao ilustre Chefe do Poder Judiciário, meios para movimentar a máquina burocrática do novel Pretório dotando sua Secretaria de experientes e eficazes funcionários, oriundos, por empréstimo, da sua congênera do Tribunal de Justiça.

Ocorre, entretanto, que a Secretaria do Tribunal de Justiça, já se resente, das lacunas abertas em seus vários setores motivadas pela cessação temporária de seus servidores. Além do mais o volume de seus serviços judiciários acumulados com uma pleiade variada de encargos advindos da administração burocrática e material de todo o Poder Judiciário Estadual, estão a reclamar e a ditar o retorno dos mesmos a sua repartição de origem.

Decorrido pois, mais de dois anos de sua instalação e efetivo funcionamento, período em que foram amanhados resultados de experiências e pesquisas, que a prática e a vivência de cada dia ensinam, e levantadas estatisticamente as reais necessidades de sua Secretaria, o Egrégio Tribunal de Alçada, representado por esta Presidência usando das atribuições emanadas dos incisos II e III do artigo 101, da Constituição Estadual e em obediência aos ditames do artigo 65 da Constituição Federal, tem a elevada honra de propor à Vossa Excelência o encaminhamento à douta Assembléia Legislativa do incluso anteprojeto de Lei, criando o Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada e dando outras providências.

Acresce por derradeiro ressaltar, Senhor Governador, que o ante-projeto aqui proposto, foi forjado segundo as normas do § 1.º do artigo 108 da Constituição Federal, assim como que os cargos dela constantes não exigirão abertura de crédito suplementar, de vez que a dotação orçamentária consignada ao Poder Judiciário, para o presente exercício, comporta as despesas dele decorrentes, na conformidade da certidão junto.

Sem mais a tratar na oportunidade, dela me valho para reiterar a Vossa Excelência minhas expressões de real consideração e apreço.

a) Zeferino Mozzato Krukoski

Juiz Presidente do Tribunal de Alçada

Of. 68-73

Curitiba, 27 de março de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência as providências que se fizerem necessárias no sentido de que o Anexo IV, do anteprojeto de lei encaminhado a essa Augusta Casa através da Mensagem n.º 31-73, seja substituído pelo que vai em anexo, a fim de que a matéria nele contida seja melhor equacionada.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JOAO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Oswaldo Santos Lima

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado N/Capital

T A B E L A I V

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Número de gratificações	Denominação	Valor
1	Diretor-Secretário	Cr\$ 300,00
1	Chefe de Gabinete da Presidência	Cr\$ 250,00
5	Assessor Judiciário	Cr\$ 200,00
1	Assessor de Recursos	Cr- 200,00
2	Oficial de Gabinete da Presidência	Cr\$ 200,00
1	Oficial de Gabinete da Secretaria	Cr\$ 120,00
2	Chefe de Divisão	Cr\$ 150,00
3	Secretário de Câmara	Cr\$ 100,00

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 39-73

SUMULA — Mensagem n.º 31-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada

PARECER

O projeto de lei vem instruído de acordo com o que determina o Regimento Interno.

Portanto não encontramos qualquer impedimento de Ordem legal ou constitucional, que venha obstar sua livre tramitação nesta Casa de Lei.

Opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

aa) Paulo Camargo — Presidente

Antonio Franco Ferreira da Costa — Relator
Ivo Thomazoni
Ovidio Franzoni
Quielise Crisóstomo da Silva
Wilson Fortes
Erondy Silvério.

Comissão de Finanças

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: Mensagem n.º 31-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

PARECER

A matéria já devidamente justificada e aprovada pela CCJ, não fere dispositivo de ordem financeira, tendo em vista que a dotação orçamentária, consigna ao Poder Judiciário despesas decorrentes da presente lei.

Somos portanto, pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.4.73

aa) Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias

Gilberto Carvalho

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 12-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n.º 209-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão à Carteira de Redefconto do Banco Central do Brasil, no sentido de serem aceitos para redesconto os papéis referentes à comercialização, também, dos cafés tipos 6-7, 7-8 e 8.

— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, quadro comparativo entre funcionários estaduais e funcionários federais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos srs. Deputados Gabriel Manoel e Santos Lima, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, pela eficiente atuação frente aquela Pasta. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando votos de congratulações à nova Diretoria da "AMOP" — Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, eleita dia 27 de abril p. passado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, pelo dinamismo demonstrado nas primeiras medidas que adotou ao assumir a importante Pasta, principalmente a consubstanciada na exigência de que as folhas de pagamento das serventes sejam confeccionadas em prazo exíguo. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, sexta-feira às 10 horas com a

ORDEM DO DIA:

já anunciada em sessão anterior.

Levanta-se a Sessão.